

ENTENDA O QUE É A PEC 241/2016 E COMO ATINGE OS SERVIDORES

Em tramitação no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, também chamada de “Novo Regime Fiscal”, estabelece um novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida apenas pela inflação do ano (IPCA).

Com vigência de 20 anos, o texto, se aprovado, inviabilizará a presença do Estado Brasileiro, sobretudo, em setores públicos essenciais, como a saúde e a educação, ao suspender as vinculações constitucionais vigentes, eliminando quase irreversivelmente os avanços conquistados na Constituição Federal de 1988, o que implicaria em precarização e possível aumento da privatização desses setores.



Federação de Sindicatos
de Professores e Professoras
de Instituições Federais de Ensino Superior
e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

proifes.org.br

+55 61 3322.4162

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 803/804,
Edifício Central, CEP: 70301-000 - Brasília/DF

MP/CO

NÃO
À PEC
241
/2016



A PEC 241/2016 PODE PREJUDICAR DIRETAMENTE OS SERVIDORES?

Sim. A prioridade da PEC, que será complementada pela reforma da previdência, será seguida de outras medidas de ajuste, que serão adotadas em nível infraconstitucional. Entre as quais, já se tem conhecimento das seguintes:

1

Dispensa de servidor por alegada “insuficiência de desempenho”;

2

Mudanças nos critérios de progressão e promoção de servidores;

3

Restrições na concessão de pensões, nas aposentadorias por invalidez e no auxílio-doença;

4

Novo arrocho na concessão do abono do PIS/Pasep e do seguro-desemprego.

O principal alvo da PEC 241/2016, como já se pode notar, são os servidores públicos. Entre as travas incluídas na PEC, pelo menos quatro delas se referem ao gasto com pessoal, mediante a proibição de qualquer medida que amplie a despesa, como: 1) reajuste salarial; 2) criação de novos cargos ou funções; 3) reestruturação de carreira; e 4) realização de concursos públicos.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PREJUÍZOS PARA A EDUCAÇÃO?



Em primeiro lugar, a aprovação da proposta inviabilizará a execução do Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, segundo estudo elaborado pelo professor da UFSCar e diretor do PROIFES-Federação, Gil Vicente Reis de Figueiredo, o investimento total em educação, em vez de subir, irá declinar em (cerca de) **16%**, até 2025 – invertendo a tendência de crescimento atual. É importante destacar que este quadro ocorrerá no melhor dos cenários, considerando que o investimento será o máximo possível.

Na área da saúde – sem levar em conta o corte nas áreas da previdência e da assistência que será objeto de outra PEC específica – a PEC do teto de gasto revogará o art. 2º da Emenda Constitucional 86/15, em vigor, que determina o repasse da União em gastos mínimos com saúde em **13,3%** da Receita Corrente Líquida para 2016; **13,7%** para 2017; **14,1%** para 2018; **14,5%** para 2019; e **15%** a partir de 2020.



COMO FICAM OS SALÁRIOS?

O acordo assinado pelo PROIFES (**10,8%** de reajustes até janeiro de 2017 e mais **8,2%**, em média, por conta da reestruturação das carreiras, até agosto de 2019) fará com que os salários dos docentes venham a se manter, nesse período. Como os salários representam, aproximadamente, cerca de **70%** do orçamento das IFE (dados de 2014 – fonte MEC), a queda de **16%**, no mínimo, na massa global de recursos a serem destinados às Universidades e Institutos Federais irá necessariamente se refletir na queda de poder aquisitivo de professores e funcionários, em percentual similar.

COMO A PEC 241/2016 AFETA A SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL?

POSICIONAMENTO DO PROIFES

Pelo desmonte que esta PEC trará à educação e à saúde, a sociedade tem que entender que é mentirosa a tese de que este ajuste é bom e necessário. Ele só trará prejuízos aos mais pobres e assalariados. O que o Brasil precisa é uma reforma tributária que penalize os que ganham mais, que são os que pagam menos impostos. Além disso, a PEC abre espaço é para a privatização da educação e da saúde, o que acabará com a expansão do ensino gratuito e a inclusão social e tornará ainda mais precário o SUS. Tudo ficará mais caro e inacessível a quem recebe salários.

DIGA NÃO À PEC241!